

A produção social do espaço público na cidade de Belém-PA: o caso do Complexo Feliz Lusitânia e Feira do Açaí

The social production of public space in the city of Belém-PA: the case of Complexo Feliz Lusitânia and Feira do Açaí

Angelo Cezar Pinho Tavares

UFPA (Núcleo de Altos Estudos Amazônicos)
angelocezar12@hotmail.com
<https://orcid.org/0000-0002-8212-9443>

Milene de Cássia Santos de Castro

UFPA (Faculdade de Turismo)
castro.milene2010@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0002-5887-2261>

Artigo recebido a 28 de janeiro de 2020 e aprovado a 9 de dezembro de 2020

Resumo

O espaço urbano no período recente tem atravessado uma forte influência mercadológica que altera o processo de produção e organização sócio espacial, que em grande parte complexifica e fragmenta estes espaços. Sendo assim, os espaços públicos nas grandes cidades acabam entrando na lógica de interesses privados que restringem os seus usos para determinados agentes sociais. Portanto, o problema central levantado nesta pesquisa se refere a: como o Complexo Feliz Lusitânia e a Feira do Açaí se constituem enquanto espaços públicos a partir de seus usos e organização sócio espacial? Dessa maneira, este artigo visa analisar como as práticas e usos presentes no Complexo Feliz Lusitânia e na Feira do Açaí os caracterizam enquanto espaços públicos. A metodologia deste artigo utiliza fontes bibliográficas, documentais e interpretação de entrevistas realizadas nos lócus de pesquisa delimitados. Como resultados, considerou-se que os espaços belenenses apesar de juridicamente se caracterizarem enquanto públicos, em grande parte não permitam a real condição de público destes espaços ao restringirem seus usos quase que exclusivamente ao consumo exacerbado, restringindo, assim, aspectos de maior importância como a sociabilidade, a cooperação e a participação política da sociedade.

Palavras-chave: espaço público, usos, Complexo Feliz Lusitânia, Feira do Açaí, Pará.

Abstract

The urban space, recently, has crossed for a strong market influence that change a production process and a social and spatial organization and that majority it complexes and fragments this spaces. Thus, public spaces in a big cities end up coming in in the logics of private interests that limit their use for certain social agents. Therefore, the central problem lifted up in this research is about: How do Complexo Feliz Lusitânia and Açaí Fair constitute themselves from their uses and social and spatial organization? This way, this article aims to analyze the experiences and uses that happen in the Complexo Feliz Lusitânia and the Açaí fair, that characterize their as public spaces. The methodology of this article uses bibliographic, documentary sources and interpretation of interviews carried out in the defined research locus. As results, we consider that public spaces in Belém, despite being legally characterized as public, the majority they do not the real public status of these spaces by restricting their use almost exclusively to exacerbated consumption, limiting this way, aspects of greater importance such as sociability, cooperation and the political participation of society.

Keywords: public spaces, uses, Complexo Feliz Lusitânia, Feira do Açaí, Pará.

1. Introdução

A cidade contemporânea, no cenário atual, tem passado por uma forte influência mercadológica na

produção e organização do espaço urbano, na qual estes espaços, a partir dos diferentes interesses dos agentes sociais concretos, atuam numa perspectiva que fragmenta o espaço urbano, favorecendo em

grande parte os interesses do grande mercado nestas metrópoles.

Diante disso, os espaços urbanos públicos como as ruas, calçadas e parques, dentre outros, não fogem à regra de serem privatizados pelos interesses classistas de usufruir destes espaços de maneira exclusivista e homogeneizante. Portanto, apesar destes espaços se configurarem juridicamente enquanto públicos, em sua essência tem-se implementado uma lógica privada a partir de determinados usos, formas espaciais e práticas sociais estabelecidas nestes lugares.

Assim, um procedimento recorrente nas grandes cidades é o processo de requalificação urbana, que transforma áreas degradadas da cidade em espaços de lazer e cultura, criando inúmeros equipamentos de lazer, para promover a cidade enquanto “vitruve” para o mundo, atraindo visitantes (turistas) para relação de consumo, mas que nega o aspecto de pertencimento aos habitantes locais.

Em Belém, este processo de requalificação urbana se enquadra perfeitamente na ideia que Trindade Jr. e Amaral (2006) denominam de *waterfront*, se tornando algo semelhante ao que acontece em outras partes do mundo, em que as políticas urbanas buscam com a revitalização das áreas degradadas, a incorporação de elementos da natureza no espaço a partir da relação cidade-rio.

Dessa maneira, no caso mais específico de Belém segundo Trindade Jr. e Amaral (2006), o Complexo Feliz Lusitânia, localizado no Bairro da Cidade Velha (Centro Histórico de Belém), passou por um processo de requalificação urbana executada pelo governo do Estado, através da Secretaria Executiva de Cultura do Pará (SECULT), direcionando este espaço ao lazer, à cultura e ao turismo, permitindo este aspecto de ligação da cidade com sua orla para trazer visibilidade a esta área da cidade belenense.

Diferentemente do primeiro espaço requalificado, a Feira do Açaí, local de intensas trocas comerciais de produtos típicos da culinária paraense, localizado próximo ao Forte do Presépio, é marcado por intensas movimentações de pessoas como feirantes, ambulantes, pescadores, estivadores e compradores que participam da dinâmica local da feira e utilizam o local como opção de trabalho e lazer nos bares e quiosques após o descarregamento do fruto que dá o nome a feira. Dessa maneira, este local se torna opção de uso e práticas sociais para as pessoas estigmatizadas na dinâmica de produção do espaço

urbano belenense, ou de contra usos como denomina Leite (2004).

Em vista disso, a partir dos exemplos citados acima, a recente demanda de parcerias público-privado na administração dos espaços públicos nas grandes cidades que normatizam e controlam excessivamente o livre acesso e a interatividade nestes espaços colocam em dúvida o caráter público destes locais. Portanto, podemos definir a problemática da pesquisa a partir do seguinte questionamento: como o Complexo Feliz Lusitânia e, mais especificamente, o Forte do Presépio e a Feira do Açaí se constituem enquanto espaços públicos, a partir de seus usos e organização sócio espacial.

Dessa maneira, esta pesquisa é o resultado dos debates realizados no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (PPGSDTU), do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, da Universidade Federal do Pará, acerca da disciplina: *Espaço público e a produção social da cidade*, possibilitando na elaboração deste trabalho a discussão acerca da produção, usos e práticas sociais presentes nos espaços públicos urbanos. Assim, a perspectiva de análise interdisciplinar do objeto de estudo permitiu um panorama mais holístico dos fenômenos estudados, integrando diferentes campos disciplinares como a Geografia, o Turismo e as demais áreas das ciências sociais.

A metodologia utilizada na pesquisa se deu, desde trabalho de campo, levantamento bibliográfico e documental acerca das áreas de estudo propostas (Complexo Feliz Lusitânia e Feira do Açaí), tal como levantamento fotográfico para auxiliar na compreensão do objetivo proposto. O subsídio de entrevistas semiestruturadas e suas posteriores interpretações enriqueceram as análises dos dados coletados em campo, por meio da observação das realidades estudadas sobre os espaços públicos belenenses.

Estima-se, com os resultados deste estudo, demonstrar se a população residente utiliza tais espaços urbanos públicos, como estes usos são praticados, quais as influências que as requalificações no espaço urbano público provocaram nos indivíduos que o utilizam e finalizar com uma perspectiva da cena pública nestes espaços, observada por meio da realização das entrevistas e posteriormente com a análise dos dados provenientes da mesma.

2. Os debates acerca de espaço público

As discussões acerca da definição de espaço público são múltiplas, mas segundo Souza (2008) nas ciências sociais possuem dois aspectos importantes, na qual apesar de serem termos diferentes são complementares: a) enquanto *esfera pública* ou *cena pública*, é o espaço das interações de indivíduos, que expressam suas opiniões, articulam ideias e negociam seus conflitos; b) enquanto um *espaço concreto*, permite o aparecimento do primeiro aspecto que é a cena pública. Portanto, a partir destas informações, as questões apresentadas representam a face material e imaterial do espaço público, no qual ambos os termos estariam intimamente articulados na configuração destes espaços.

Além disso, enquanto espaço socialmente produzido (espaço social) o espaço público, o qual é essencialmente espaço geográfico, pode ser entendido também pelas categorias de territórios (espaços definidos por e a partir de relações de poder), e os lugares (espaços dotados de sentimentos), constituindo assim, palco de mudanças nas configurações territoriais e na construção de significações referente ao lugar.

Dessa maneira, para autores como Gomes (2012), tais rearranjos e configurações socioespaciais dificultam a definição de espaço público apenas pelos aspectos de oposição entre o público e privado. Assim, na visão deste autor da geografia, esses espaços públicos podem se manifestar em espaços que não são juridicamente locais totalmente públicos, mas que cumprem o processo de sociabilidade e que precedem a criação de leis ao retratar que:

Há vários casos em que atividade pública se inscreve em espaços que não são rigorosa e juridicamente públicos, como no caso dos cafés parisienses ou dos pubs ingleses (o nome “pub”, aliás, origina-se da expressão “public houses”), tantas vezes utilizados. [...]. O mesmo pode ser dito dos espaços que cumprem em parte a função da publicidade, como os atuais shoppings, que contraditoriamente, são tão dificilmente aceitos por uma parte que os analisa. [...]. Uma terceira fonte de problemas e de mal-entendidos é a definição que parte do pretense atributo do livre acesso, visto como elemento constitutivo do espaço público. (Gomes, 2012, p. 22)

Portanto, para Gomes (2012), não seria a maneira de acesso a estes locais, nem a ideia que

sempre o pago remete-se ao privado em oposição à gratuidade do público que os definiriam enquanto espaço público, mas sim, que independente da função (praça, comércio, praia), estes não devem apresentar obstáculos, senão normas e lógicas para o acesso e participação.

Contudo, a visão de acessibilidade destes lugares debatida em Gomes (2012) é diferenciada na perspectiva de Serpa (2007), ao entender que um espaço público representa mais do que um simples acesso físico a espaços “abertos” de uso coletivo. Assim, a acessibilidade a estes espaços não pode ser somente física, mas ela é também simbólica e deve ultrapassar o design e as formas destes lugares.

Dessa maneira, o espaço público entendido em Serpa (2007) é sobretudo um espaço da ação política ou da possibilidade da ação política na contemporaneidade. Ele é também analisado pelo autor sob a perspectiva crítica de sua incorporação como mercadoria para o consumo de poucos. Ou seja, ainda que seja público, beneficia uma parcela restrita de frequentadores, em um espaço que deveria ser comum a todos.

Logo, para Jacobs (2000) as ruas e as calçadas nas cidades são os principais locais públicos, sendo para esta pesquisadora seus órgãos vitais de funcionamento. Assim, estes espaços, para além de comportarem fluxos de carros e circulação de pedestres, estão carregados de significados e de relações cotidianas entre as pessoas. Jacobs (2000) pontua que a rua e/ou uma calçada movimentada e diversificada em usos e em práticas cotidianas podem ter melhor segurança para os seus moradores e trazer maior civilidade para as cidades. Dessa maneira, a reunião nas ruas de pessoas que aparentemente não se conhecem pode permitir pequenas mudanças que tornam exuberante a vida pública das cidades.

De acordo com Figueiredo (2008), uma das características das cidades na pós-modernidade é a possibilidade de se entender que o espaço público é percebido como funcional e, mais especificamente, com dupla função: ao mesmo tempo que proporciona lazer aos moradores, também é visto como lugar de destaque da cultura, divertimento e entretenimento, como uma demonstração de lugar indentitário que a cidade possui para os seus visitantes que para lá se dirigem.

Contudo, segundo Leite (2004), os espaços públicos no contexto internacional e brasileiro passam por um processo de gentrificação que contribui para

a segmentação dos espaços por fronteiras que delimitam formas distintas de usos e interações que são mediados pela diferença. Assim, quando as práticas de gentrificação incorporam áreas de patrimônio para as demandas de mercado, criando lugares de consumo, a única forma de interagir com eles é por meio da construção de outros lugares, que permitiram articular usos e contra usos nestes espaços.

3. Configurações histórico-geográficas do Complexo Feliz Lusitânia e da Feira do Açaí

De acordo com Brito (2007) a formação sócio espacial do Bairro da Cidade Velha perpassa por distintos modos de ocupação e apropriação de seus espaços urbanos. Posteriormente, ao utilizar o Plano Setorial de Revitalização do Centro de Belém, ilustra-se a análise do uso e ocupação do solo urbano, por meio da divisão sócio espacial em áreas. No presente estudo serão analisados equipamentos urbanos presentes na Zona 1, através do exemplo do Complexo Feliz Lusitânia, e na Zona 2, representada pela Feira do Açaí no centro de Belém.

Por conseguinte, de acordo com Brito (2007, p. 105) o uso da zona 1 “pode ser definido atualmente pelo predomínio de atividades de lazer, religiosas e turísticas, destacando-se o caráter museológico, que passou a caracterizar o Complexo Feliz Lusitânia, após a intervenção realizada pelo Estado neste patrimônio cultural”. Em relação ao Complexo Feliz Lusitânia, este é composto pelas primeiras edificações da cidade, tais como o Forte do Presépio, a Casa das Onze Janelas, a Igreja de Santo Alexandre, o Colégio de Santo Alexandre, a Catedral da Sé e a Praça Dom Frei Caetano Brandão (Gonçalves, 2011).

Na zona 2 esta análise direciona-se apenas para a Feira do Açaí, que corresponde ao Complexo Ver-o-Peso, composto pela Doca do Ver-o-Peso, Feira do Açaí, Praças do Relógio e D. Pedro II, Assembleia Legislativa e Instituto de Histórico e Geográfico do Pará (Brito, 2007). Esses espaços são caracterizados “de uso misto e esta área caracteriza-se sobretudo por atividades comerciais ligadas ao comércio varejista e à importação e exportação de produtos alimentícios, vindos principalmente de diversas ilhas paraenses, e por atividades institucionais” (Brito, 2007, p. 105).

Para Bahia (2012, p. 121):

O Complexo Feliz Lusitânia está localizado na primeira légua patrimonial da cidade, numa área às margens da baía do Guajará e inclui vários outros projetos como: o de revitalização do Forte do Castelo - marco de fundação da cidade em 1616 - e o Museu do Encontro, com algumas áreas de lazer, lojas de artesanato, lanchonetes etc.; o de revitalização do antigo arcebispado e da Igreja de Santo Alexandre transformando-os em espaços culturais e Museu de Arte Sacra; o de revitalização de prédios coloniais do entorno, atribuindo-lhes novas funcionalidades como, sorveterias, lojas de artesanatos, museu etc.; e o de revitalização da Casa das Onze Janelas, antigo prédio de valor histórico e arquitetônico, transformando em espaço cultural, com salas de exposição, bar e museu, além do embelezamento paisagístico do entorno.

No tocante à Feira do Açaí, Brito (2007, p. 114) esclarece que “a dinâmica sócio espacial da Feira do Açaí é complexa, devido às intensas relações comerciais desenvolvidas nesse espaço, destacando-se sobretudo, a venda de açaí”. Tais relações comerciais foram investigadas e confirmadas por meio das entrevistas realizadas.

Em relação a intervenções urbanísticas na cidade de Belém, a primeira se deu no período pombalino (1750-1777), a segunda intervenção ocorreu no Apogeu da Borracha (1897 a 1911) e a mais recente, a partir de 1997, com intervenções provenientes do poder público municipal (Figueiredo, 2008), assim como o governo estadual inicia a construção de obras direcionadas para o lazer público. Tais espaços são a Estação das Docas, o Parque da Residência, o Feliz Lusitânia e o Mangal das Garças.

Para Brito (2007, p. 64):

O processo de deterioração/degradação dos centros históricos intensifica-se, sobretudo, após a década de 1950, quando ocorre um maior crescimento e expansão do espaço urbano, desencadeando o congestionamento das áreas centrais devido à intensidade das atividades comerciais e de serviços, com vistas a atender a nova demanda do mercado; a busca por locais mais modernos e interessantes de se viver; além da transferência de atividades comerciais e de instituições públicas para áreas consideradas mais nobres.

Consequentemente, o Bairro da Cidade Velha, assim como outros centros históricos do Brasil, enfrentou o processo de degradação observado por

Brito (2007), processo representado pela ausência de incentivo para a manutenção do patrimônio urbano e também por práticas espaciais construídas por diferentes agentes sociais, que com o passar dos anos causaram impactos no espaço geográfico que atualmente configura o Centro Histórico de Belém (Brito, 2007).

Entretanto, Trindade Jr. (2018) aponta que, recentemente, a inserção de Belém na lógica competitiva das cidades contemporâneas, com novas formas de desapropriação material e simbólica que configuram a nova paisagem urbana e que contribuem para definir práticas espaciais apoiadas em interesses e valores que acompanham os processos de transformação da cidade, fez com que novos projetos urbanísticos redesenhassem a antiga cidade e o seu velho centro, sinônimo, ao olhar do poder público, de deterioração e de decadência (Trindade Jr., 2018, p. 61). Desse modo, o autor alega que a implantação destes projetos urbanísticos no Centro Histórico de Belém acarretou mutações no *Skyline*¹ da cidade belenense, provocando o surgimento de processos de requalificação urbana nas áreas centrais da cidade.

4. Escolhas metodológicas

Este artigo adotou a pesquisa qualitativa por meio de pesquisa bibliográfica, documental, observação e análise das informações provenientes das entrevistas. As entrevistas foram dispostas em 5 perguntas semi-estruturadas e aplicadas a turistas, visitantes, feirantes e ambulantes que se disponibilizaram a responder às perguntas, no período de aplicação, no Complexo Feliz Lusitânia e na Feira do Açaí. Não houve contato com a população residente nas proximidades desses espaços, no período de execução das entrevistas, mas apenas com os visitantes e trabalhadores destes locais.

Foram entrevistados 7 indivíduos, nos dias 20 de agosto e 25 de setembro, identificados como 2 turistas, 1 visitante, 1 comerciante, 1 vendedor ambulante, 1 feirante e 1 vendedor de açaí, tendo

em vista que conhecer o perfil destes entrevistados pode ser importante para as respostas encontradas na pesquisa de campo. As questões colocadas foram: 1. *Você vem sempre a este lugar? Por quê?* 2. *Fale sobre o principal motivo da sua visita a este local hoje?* 3. *O que você considera como espaço público? Por quê?* 4. *Você reconhece este espaço como espaço público? Por quê?* 5. *O que você costuma vir fazer neste lugar (Práticas Sociais - Usos)?*

Também se realizou observação sistemática, a qual, segundo Pádua (2004, p. 80), é seletiva porque o pesquisador vai observar uma parte da realidade, natural ou social, a partir de sua própria proposta de trabalho e das relações que se estabelecem entre os fatos reais, devendo estabelecer, antecipadamente, as categorias necessárias à análise da situação. Lembra-se que os fatos a serem observados neste procedimento devem estar delimitados pelo plano de pesquisa, mas fatos que o pesquisador considera significativos podem ser registrados para posterior codificação e análise.

E, por fim, utilizaram-se registros fotográficos, os quais, embora acessíveis pela popularização de simplificação do processo de obtenção de uma foto, não deixam de refletir, como Bassalo e Weller (2011) afirmam que o processo de produção de uma fotografia, nunca pode ser considerado totalmente mecânico, pois necessariamente, as crenças e intenções do fotógrafo constituem um fator central no processo de criação de toda foto. Assim, mesmo que o lugar social da imagem seja indiscutível, a fotografia é uma imagem que pode assumir papéis diferentes na pesquisa, seja de ilustração, seja de ser o próprio objeto de investigação.

5. Usos e práticas sociais do Complexo Feliz Lusitânia (Forte do Presépio) e da Feira do Açaí

Nesta seção, analisam-se as respostas dos 7 indivíduos entrevistados, sendo 4 entrevistas realizadas no Complexo Feliz Lusitânia e proximidades e 3 na Feira do Açaí. Estima-se apresentar as práticas e usos dos espaços públicos do Complexo Feliz Lusitânia e Feira do Açaí, além de suas motivações e opiniões acerca dos espaços públicos, bem como evidenciar se os entrevistados utilizam estes espaços públicos e qual a frequência de utilização.

¹ Trindade Jr. (2018, p. 58) alega que essa palavra, de origem inglesa - *sky* (céu, horizonte) e *line* (linha, traço) - refere-se à silhueta arquitetônica de uma cidade que se projeta no horizonte, tendo o céu como fundo. Ela demarca, em forma de desenho, os contornos e elementos que são mais característicos de uma cidade e que chamam a atenção, quando vista a partir de uma certa distância, tornando-a facilmente reconhecida por meio de suas linhas, símbolos, edifícios e traços, a exemplo do que acontece com os *skylines* de Londres, Paris, Nova Iorque e Rio de Janeiro, que são inconfundíveis em relação aos de outras cidades.

5.1. O caso do Complexo Feliz Lusitânia

No primeiro espaço de análise, o Complexo Feliz Lusitânia, como pode ser observado nas figuras 1, 2, 3, 4, 5 e 6, são sinalizados alguns dos equipamentos citados pelos entrevistados. A partir dos relatos provenientes das entrevistas serão apresentadas as falas dos sujeitos e serão relacionadas com as figuras no artigo, no intuito de ilustrar a realidade deste espaço urbano público. Assim, no Quadro 1 identificaram-se os entrevistados no Complexo Feliz Lusitânia.

Quadro 1	
Identificação dos entrevistados no Complexo Feliz Lusitânia	
Indivíduo 1	Turista
Indivíduo 2	Turista
Indivíduo 3	Comerciante
Indivíduo 4	Visitante
Fonte: Autores, 2018.	

Os indivíduos 1 e 2 são turistas e por morarem em outros estados (Amapá e São Paulo), não visitam o Complexo Feliz Lusitânia com frequência. O indivíduo 3 não frequenta porque não se sente motivado a visitar o Complexo por causa da insegurança e só utiliza este espaço público para trabalhar em uma loja localizada ao lado da Catedral da Sé. O motivo do indivíduo 4 não frequentar o Complexo Feliz Lusitânia com a frequência que gostaria é a dificuldade de acesso, como sinalizado no relato:

A gente não vem como gostaria de vir... Porque a gente se depara com a questão de transporte e de horário para poder visitar estes espaços públicos aqui. Este conjunto arquitetônico, o Feliz Lusitânia, está de portas abertas para receber o seu público (indivíduo 4).

À vista disso, o entendimento na definição de espaço público e do motivo de dificuldades na visitação ao Complexo Feliz Lusitânia por alguns dos entrevistados são retratados na fala:

Em tese deveria ser um espaço que se diz juridicamente público mas, infelizmente, o público mesmo que é o dono disso aqui. Não tem acesso. É difícil! Primeiro porque você tem que agendar uma visitação. Nós agendamos, digamos assim. Terça e sexta das 10h às 16h, por exemplo, no Museu de Arte Sacra as portas estão fechadas para o público, para a escola pública, para professores e educadores da escola pública. Afinal todos nós, somos público, somos

contribuintes. Os nossos impostos estão aqui neste espaço, que deveria estar bem articulado para atender os interesses, necessidades e as curiosidades da população e não é uma aula qualquer. Aqui é uma aula interdisciplinar. Temos muitos problemas no transporte para trazer os alunos. E o nosso objetivo é mostrar para o aluno que ele deve conhecer sua cidade, conhecer seu patrimônio histórico-geográfico e conhecer o que é o Turismo de Belém (indivíduo 4).

Dessa maneira, outro aspecto importante de ser notado em relação aos espaços públicos belenenses como é o caso do Complexo Feliz Lusitânia é que apesar do intenso processo de dispersão metropolitana que vivencia Belém em direção a outros municípios, como retratado por Trindade Jr. (1998), grande parte dos espaços públicos existentes e/ou que passaram por um recente processo de requalificação urbana, se localizam apenas na área central da cidade, dificultando assim o acesso constante a estes espaços por pessoas que moram na área de expansão, como foi citado pelo indivíduo 4, professora de um Colégio Municipal em Ananindeua, tendo sido confirmado pelos seus alunos, que era a primeira vez que grande parte deles visitavam o Complexo Feliz Lusitânia para uma atividade escolar.

No tocante à motivação para estar no Complexo (Figura 1 e 2), os entrevistados sinalizaram visitas escolares, turismo e trabalho. Para o indivíduo 4, “uma extensão da aula, em relação ao nosso conteúdo interdisciplinar”. Conforme o indivíduo 2, “conhecer os pontos turísticos”. E, finalizando com o indivíduo 3, “eu não vou porque não tem nada lá. Tudo na realidade tá jogado... só é reduto de desocupado. Abandonado pelo poder público... isso aí”.

Em relação à declaração do indivíduo 3, Souza (2008, p. 90) retrata que:

Vozes dissonantes têm igualmente argumentado que, se se deseja “revitalizar” ou garantir a segurança de espaços públicos, o melhor a fazer é, em vez de conduzir processos de exclusão ou estigmatização de “(grupos de) indesejáveis” e “(grupos de) suspeitos em potencial”, o que muitas vezes acaba acontecendo com a ajuda do monitoramento por câmaras de vídeo, o melhor a fazer é buscar garantir a maior presença humana possível, a heterogeneidade e a diversidade nos espaços públicos.



Figura 1 e 2

Imagens do Complexo Feliz Lusitânia em meio a obras.

Fonte: Autores, 2018.

Por conseguinte, em relação ao entendimento do que é espaço público, utilizam-se as unidades de registro obtidas por meio das entrevistas (Quadro 2).

Logo, a partir dos diferentes registros acerca do entendimento de espaço público, Gomes (2012, p. 25) explica que “o espaço público é o lugar onde se institui um debate, onde os conflitos tomam forma pública, onde podem surgir soluções e compromissos, onde os problemas adquirem visibilidade e reconhecimento”. Assim, por meio das entrevistas apresentadas (Quadro 2) infere-se o entendimento de turistas, vendedores e visitantes em relação aos espaços públicos de Belém, particularmente em relação ao Complexo Feliz Lusitânia (Figura 3 e 4).

Quadro 2	
Registros obtidos por meio de entrevistas acerca do entendimento em relação ao espaço público no Complexo Feliz Lusitânia	
ENTREVISTADO	ESPAÇO PÚBLICO
Indivíduo 1	Esses parques, esses monumentos, esses museus... acho um absurdo o museu ficar fechado às segundas. Como é público deveria ficar aberto de segunda a segunda. Lógico, tem que reverter pessoas... mas devia ficar aberto.
Indivíduo 2	Uma praça...
Indivíduo 3	Espaço público, qualquer lugar com segurança, onde a gente possa andar. Num lugar destes a gente não pode andar... sempre um pedinte... o que tinha de bom era o restaurante das 11 janelas e eles fecharam para ficar um lugar obsoleto.
Indivíduo 4	Um espaço onde todos possam ter acesso... Assegurado seu direito de ir e vir. De estar, de visitar, de ver, de interagir com esse espaço. Isso é espaço público.

Fonte: Autores, 2018.

Em relação ao reconhecimento do Complexo Feliz Lusitânia como espaço público, o indivíduo 4 mencionou que: “Eu reconheço-o como público porque é a nossa história, nossa identidade, aquilo que eu falei anteriormente. O sentimento de pertencer... a gente se identifica com esse lugar”. Posteriormente, o indivíduo 2 reforça esse pensamento ao emitir a seguinte opinião: “Sim, é um espaço público onde as pessoas podem estar conhecendo a história do lugar”. Contudo, o indivíduo 3 apresenta dificuldades no reconhecimento do Feliz Lusitânia enquanto espaço público ao tecer um curto comentário: “Eu não!”. Neste sentido, Gomes (2012, p. 25) alega que:

O espaço público é um lugar onde se efetua uma participação ativa sujeita a normas e instituições. É no espaço que se estabelecem os princípios e as condições segundo as quais uma norma pode ser razoável e legítima para o conjunto das pessoas que gozam dessa qualidade pública.

Para Figueiredo (2008, p. 87) “o cuidado excessivo (Figura 5 e 6) se relaciona da mesma forma com os materiais utilizados nas reformas desses espaços, muitos materiais importados de valor superdimensionado, dificultando e encarecendo os reparos e a conservação”. Dessa maneira, diferentemente deste espaço público belenense que, ao terceirizar a administração deste local, impõe uma lógica privada que limita a sociabilidade das pessoas, indo ao encontro do que acontece nos parques públicos parisienses, de acordo com Serpa (2007) que defende que o público frequentador exerce de modo muito acentuado a cultura do piquenique,



Figura 3 e 4
Imagens do Complexo Feliz Lusitânia.
Fonte: Autores, 2018.



Figura 5 e 6
Imagens do Complexo Feliz Lusitânia limite de uso e conversação inadequada.
Fonte: Autores, 2018.

podendo utilizar inclusive os locais com grama nestes espaços.

Desta maneira, em relação às práticas e usos no Complexo Feliz Lusitânia, o indivíduo 1 relata que “vim aqui, mais para tirar foto... para conhecer” (turista). Posteriormente, o indivíduo 3 retratou o seguinte comentário: “Eu não frequento, para nada!!! Nem passo perto” (comerciante). O indivíduo 2 expôs que “turismo, só vim aqui conhecer” (turista). Todavia, as práticas e usos do Complexo são diversificadas! Assim, o indivíduo 4 pontua que: “Eu venho trazer a minha filha para passear, fazer pesquisa com a minha família. A minha filha é jornalista, ela ama História. E fazer uma reflexão da vida, venho buscar uma paz interior. É o melhor lugar do mundo, depois da minha escola e da minha casa” (visitante).

5.2. O caso da Feira do Açaí

Na Feira do Açaí, conforme demonstrado nas Figuras 7 e 8, encontram-se quiosques com a venda de café da manhã, bares, vendedores ambulantes e um espaço livre próximo ao rio para o descarregamento dos cestos de açaí (chamados popularmente na região de “paneiros”), que chegam das regiões das ilhas próximas a Belém e que durante a madrugada intensificam o movimento de pessoas na Feira.

A partir da observação e das entrevistas realizadas na Feira do Açaí, onde foram entrevistados 3 indivíduos, sendo estes 1 vendedor ambulante (indivíduo 1), 1 feirante (indivíduo 2) e 1 vendedor de Açaí (indivíduo 3), percebeu-se que o mais importante uso deste espaço deve-se a uma questão do trabalho, na qual os entrevistados relataram a



Figuras 7 e 8
Imagens da Feira do Açaí.
Fonte: Autores, 2018.

importância da Feira do Açaí como local de sustento mantenedor da vida familiar de muitas pessoas que trabalham neste espaço e que, em grande maioria, vêm do interior para a capital e de pessoas residentes dos bairros de classes populares em Belém. No Quadro 3 identificaram-se os perfis dos entrevistados na Feira do Açaí.

O indivíduo 1, em relação ao motivo de estar na Feira do Açaí, referiu que “aqui geralmente é por causa do local do trabalho. A feira do açaí atrai mais pessoas, mas... é o local, né... para a pessoa ganhar mais dinheiro, mas um lugar muito pequeno deveria ser maior, atrair mais gente... e trabalhar melhor (ambulante). O discurso do indivíduo 2 retrata bem estes cenários quando diz: “é porque eu sou mãe solteira, tenho três filhos e tenho que sustentar minhas crianças, por isso eu tenho que vir todo dia” (feirante). E o indivíduo 3, retratou que frequenta a Feira do Açaí “porque não tem emprego para pessoa idosa, tem é que trabalhar por conta própria, na feira” (vendedor de açaí).

Além do mais, outro aspecto importante quanto aos usos na Feira do Açaí refere-se exclusivamente a relações comerciais ao contrário do que acontece com o Complexo Feliz Lusitânia, que integra a questão contemplativa de observação da paisagem da Baía do Guajará e a visitação de museus ligada a outras

programações culturais e de lazer. Na Feira do Açaí percebeu-se, após a venda do fruto que dá nome ao lugar, a intensa movimentação nos bares e quiosques pelas pessoas que trabalham com a venda deste alimento típico da culinária paraense. Então, a roda de pessoas que se concentram nas mesas destes estabelecimentos serve para a descontração após um intenso dia de trabalho na feira.

Deste modo, em relação ao entendimento do que é espaço público para os indivíduos entrevistados na Feira do Açaí, utilizam-se as seguintes expressões (Quadro 4).

Portanto, quanto à questão envolvendo a definição de espaço público dentro de uma cidade, as pessoas entrevistadas tiveram ao princípio dificuldades em responder ao que, de fato, representava este conceito para elas. Assim, algumas definições de espaço público surgiram no decorrer do discurso dos entrevistados: espaços seguros, limpos, de livre circulação de pessoas ou a simples referência a algum espaço físico (praça). Assim, quanto a esta dificuldade nas respostas, percebe-se a necessidade de

Quadro 3	
Identificação dos entrevistados na Feira do Açaí	
Indivíduo 1	ambulante
Indivíduo 2	feirante
Indivíduo 3	vendedor de açaí
Fonte: Autores, 2018.	

Quadro 4	
Registros obtidos por meio de entrevistas acerca do entendimento em relação ao espaço público na Feira do Açaí	
ENTREVISTADO	ESPAÇO PÚBLICO
Indivíduo 1	Olha! pra mim se fosse considerar acho que é quase tudo dentro de uma cidade.
Indivíduo 2	Tipo um lugar mais limpo onde a gente possa levar as crianças para brincar como antigamente.
Indivíduo 3	Uma praça, né! Principalmente se tiver bem cuidada, né, aqui é uma feira livre, né! [inaudível], apesar de que a feira do açaí as vezes é cruel pra gente, mas é conhecida no mundo todo.
Fonte: Autores, 2018.	

projetos pedagógicos pelo planejamento urbano e turístico sobre educação patrimonial e a importância de uso destes lugares como espaços de participação política, como retrata Serpa (2007), para a transformação social e de vida das pessoas.

Desta maneira, os espaços na Feira do Açaí também servem como “contra-usos”, assim denominados por Leite (2004), no sentido de receberem usos diferenciados por classes populares que não se sentem integradas em espaços de maior apelo turístico e que passaram pelo processo de requalificação urbana como o caso do Complexo Feliz Lusitânia. Assim, a Feira do Açaí, apesar de ter seu uso principal relacionado com o trabalho, como observado no campo, o lazer é também uma das marcas fortemente expressas nestes locais (fugindo do lazer articulado pelas grandes agências de viagens que priorizam o lucro e o consumo exacerbado desarticulando a cultura local), que priorizam um lazer da espontaneidade e da sociabilidade entre os diferentes, que se apresentam através das relações cotidianas que se dão nas trocas comerciais relacionados ao açaí, nos bares e quiosques presentes na feira.

6. Análise comparativa entre o Complexo Feliz Lusitânia e a Feira do Açaí

Nesta seção, os pesquisadores propõem-se responder ao objetivo principal da pesquisa. Esclarece-se que as discussões e contribuições desta seção são evidenciadas a partir dos resultados empíricos da seção anterior sobre os dados coletados em campo no Complexo Feliz Lusitânia e na Feira do Açaí. As discussões são feitas à luz do corpo teórico e da literatura revisada.

Logo, em relação ao Complexo Feliz Lusitânia percebeu-se que a maioria dos entrevistados estava fazendo turismo nos espaços abertos deste complexo, ainda que museus e restaurantes estivessem fechados no momento de realização das entrevistas. Assim, percebeu-se que prevaleceu o caráter contemplativo de visitação a esse espaço. Contudo, apesar de o Forte do Presépio ser reconhecido como de caráter público, o uso de alguns locais dentro do Complexo Feliz Lusitânia para um possível aproveitamento dos jardins para piqueniques, por exemplo, é proibido pela administração do espaço através de vigilância que é realizada por agentes privados (terceirizados)

criando, como explica Serpa (2007), obstáculos na democratização dos espaços públicos.

Diferentemente do que acontece na Feliz Lusitânia, na Feira do Açaí foram encontradas predominantemente pessoas que trabalhavam neste espaço com produtos alimentícios populares na região, que abastecem os mercados no município de Belém. Contudo, percebeu-se no campo que, após a venda de alguns produtos durante o dia, alguns frequentadores da Feira do Açaí frequentavam quiosques e pequenos bares presentes na feira, tornando esses locais em espaços de lazer durante os intervalos de trabalho, alterando a lógica do lazer tradicional de caráter contemplativo e restritivo do Complexo Feliz Lusitânia que a princípio valoriza mais a preservação dos materiais paisagísticos do que os relacionamentos sociais (Moreira, 2016).

Além do mais, percebeu-se no trabalho de campo realizado na Feira do Açaí que seus frequentadores quase nunca reportavam em suas falas os pontos turísticos da Feliz Lusitânia, mesmo estando situado nas proximidades do local de trabalho, alegando a falta de tempo ou de interesse nestes locais. Percebemos nestas atitudes a pouca vontade do poder público em engajar as classes populares na visitação de locais recentemente requalificados da capital paraense, tendo em vista que o novo paisagismo implantado nos principais locais turísticos do Feliz Lusitânia impõe uma barreira simbólica de visitação da população da periferia belenense.

Assim, os pontos turísticos no Feliz Lusitânia em grande parte têm sua visitação feita por pessoas de classes mais abastadas de Belém, seja para realização de cerimônias na Catedral da Sé ou na Igreja de Santo Alexandre, seja na visitação de museus e na frequência de restaurantes no Forte do Presépio e na Casa das Onze Janelas. Tendo em vista que nos espaços abertos costumeiramente casais e estudantes fazem sessões fotográficas da paisagem do Complexo. Contudo, esses eventos ocorrem com ações mediadas ou controladas pela equipe terceirizada de administração destes espaços.

Consequentemente, Gomes, Curcino e Tavares (2013) pontuam que é importante perceber como a produção do espaço urbano se modifica de acordo com seu contexto histórico, partindo da análise que no período da Belle Époque em Belém nos séculos XIX e XX, o planejamento urbano na cidade belenense foi concebido com a ascensão da classe burguesa, em que a cidade fora projetada sob a influência

arquitetônica e cultural das cidades europeias - símbolo de modernidade daquela época - principalmente Paris.

Deste modo, Trindade Jr. (2018) explica que a concepção preservacionista é um mecanismo de reapropriação seletiva e de transformação de áreas tidas como marginais em complexos culturais e de lazer. Assim este autor alega que:

No caso de Belém, por se fazer presente em espaços pontuais, em vez de tornar mais coeso o velho centro, culmina por fragmentá-lo ainda mais, dada a presença de espaços sofisticados, culturalmente visitados e aqueles em que a cultura popular e espontânea passa a ser vista como marginal e indesejável. (Trindade Jr. 2018, p. 74)

Deste modo, a cultura popular e espontânea percebida na Feira do Açaí nesta pesquisa, contrastou com o controle comportamental e preservacionista que molda a rotina dos visitantes no Complexo Feliz Lusitânia criando dúvidas em relação ao caráter público deste espaço, revitalizado por recentes projetos urbanísticos, onde se buscou atribuir novos valores sociais e de consumo ligados a um padrão de alta renda.

Por conseguinte, em relação à percepção de espaço público relatado pelos entrevistados no Complexo Feliz Lusitânia percebeu-se que a maioria dos entrevistados definiu os espaços públicos tanto como (1) espaços físicos (praças, por exemplo), (2) locais com segurança ou até (3) lugares que permitam o ir e vir das pessoas na cidade. Logo, perceberam-se diferentes opiniões de pessoas entrevistadas na Feira do Açaí que definiram espaço público como: (1) espaços físicos, (2) lugares limpos ou até como (3) qualquer espaço dentro da cidade.

De entre estas opiniões divergentes dos entrevistados, percebe-se a necessidade de planos pedagógicos elaborados por uma equipe interdisciplinar de planejadores que envolva educação patrimonial e a importância de uso destes lugares como espaços de participação comunitária que permitam transformações de cunho social.

Diante disso, entende-se que o planejamento na implantação de espaços públicos tanto em Belém como nas demais cidades brasileiras deve ser participativo envolvendo constantemente a integração efetiva de planejadores de políticas públicas com todas as partes interessadas, que envolvam a discussão sobre projetos urbanísticos para que os recursos

públicos não sejam mal aplicados, contrastando com a realidade local de onde o projeto foi implantado. Assim, reuniões públicas e outros espaços de diálogo e de decisão devem ser fornecidos por gestores públicos à sociedade no intuito de construção de espaços públicos democráticos.

Desse modo, entende-se que permitir usos e práticas sociais espontâneas e heterogêneas no Complexo Feliz Lusitânia e na Feira do Açaí podem contrapor a atual lógica mercadológica que tem sido implantada na atual dinâmica das cidades contemporâneas. A requalificação urbana de antigos centros históricos tem redesenhado os *skylines* das grandes cidades com novos valores sociais inseridos no processo de produção do espaço urbano, buscando inserir lógicas privadas em espaços juridicamente públicos.

7. Considerações finais

O presente artigo teve como objetivo refletir sobre os usos e práticas sociais nos espaços públicos belenenses, tendo como lócus específicos o Complexo Feliz Lusitânia e a Feira do Açaí. Assim, buscou-se entender que, apesar destes espaços se apresentarem enquanto juridicamente públicos, seria necessário perceber se estes lugares poderiam ser reconhecidos como públicos através de seus usos e práticas sociais.

Uma discussão teórica e interdisciplinar sobre os espaços urbanos públicos se torna fundamental para compreender os avanços e os limites em torno deste conceito nas diversas áreas das ciências sociais, tentando a partir destes referenciais teóricos trabalhados durante a disciplina no programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, *Espaço Público e a produção social da cidade*, permitindo uma aproximação dos objetos e sujeitos estudados na pesquisa.

As entrevistas realizadas com os sujeitos presentes nos dois lugares pesquisados foram de suma importância uma vez que, a partir dos usos que cada uma dessas pessoas atribui a estes lugares, fica evidente a importância das relações e práticas sociais para possibilitar em sua essência reconhecer o caráter público destes espaços.

Foi neste sentido que, a partir dos relatos dos sujeitos presentes no campo (Complexo Feliz Lusitânia e Feira do Açaí) e da observação, foi possível uma análise comparativa entre estas áreas que

contribuiu para problematizar o caráter destes espaços enquanto públicos, visto que até entre os entrevistados esta definição tornava-se bastante complexa.

Deste modo, o Complexo Feliz Lusitânia e a Feira do Açaí são espaços de grande importância dentro da cidade belenense, tanto do ponto de vista do planejamento e gestão urbanos, como das políticas de requalificação urbana, vista a localização destes espaços na área de ocupação mais antiga da cidade, que concentra a principal dinâmica de produção e organização sócio espacial por conta da maior demanda de serviços e infraestruturas presentes na área central de Belém.

Porém, apesar destes locais se configurarem juridicamente enquanto espaços públicos, o tipo de acesso e a forma física destes locais não são suficientes para os definir como espaços públicos. Assim, o estudo de seus usos e práticas realizadas pelos sujeitos presentes nestes lugares foi de fundamental importância para a percepção da sociabilidade e da participação social que estes locais permitiam para serem reconhecidos enquanto públicos.

Dessa maneira, enquanto o Complexo Feliz Lusitânia apresenta um caráter semipúblico, pelas restrições de usos a alguns de seus espaços, por conta da terceirização destes locais por empresas privadas, limitando a participação social e a cidadania das classes populares, a Feira do Açaí, administrada pela Prefeitura Municipal de Belém, é um local de maior espontaneidade e de sociabilidade entre os diferentes visitantes, que apesar de estar mais relacionada com o trabalho de venda de produtos da culinária paraense, permite a partir de seus usos um maior caráter público, pela forte presença da cooperação e participação popular.

Bibliografia

- Bahia, M. C. O. (2012). *Lazer e as relações socioambientais em Belém* (Tese de Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido). Universidade Federal do Pará, Belém.
- Bassalo, L. de M. B., & Weller, V. (2011). *Imagem fotográfica: registros de visões de mundo*. XV Congresso brasileiro de Sociologia.
- Brito, L. S. A. (2007). *Intervenção no Centro Histórico e a reorganização sócio espacial do Bairro da Cidade Velha - Belém/PA* (Dissertação Programa de Pós-Graduação em Geografia). Universidade Federal do Pará, Belém, Brasil.
- Figueiredo, S. L. (2008) Espaços públicos nas cidades: notas sobre o ordenamento, acessibilidade e turistificação. In S. Lima (Org.), *Turismo, lazer e planejamento urbano e regional* (pp. 79-92). Belém: NAEA/UFP.
- Gomes, P. C. C. (2012) Espaços Públicos: um modo de ser do espaço, um modo de ser no espaço. In L. E. Castro, P. C. Gomes, & R. L. Corrêa (Orgs.), *Olhares geográficos: modos de ver e viver no espaço* (pp. 19-41). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- Gomes, D. L., Curcino, T. T. A., & Tavares, A. C. P. (2013) Os contrastes sócios espaciais na cidade de Belém: o caso do Portal da Amazônia. In *SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA URBANA - SIMPURB, XIII*. Rio de Janeiro. Anais - Grupo de Trabalho n. 14 - Desigualdade sócioespacial e políticas urbanas. Anais... Rio de Janeiro: UERJ.
- Gonçalves, C. W. P. (2011). *Amazônia, Amazônias*. São Paulo: Contexto.
- Jacobs, J. (2000) A natureza peculiar das cidades. In J. Jacobs, *Morte e vida de grandes cidades* (pp. 1-57). São Paulo: Martins Fontes.
- Leite, R. P. (2004). Política dos usos: a construção dos lugares no espaço público. In R. P. Leite, *Contra-usos da cidade: lugares e espaço público na experiência urbana contemporânea* (pp. 284-319). Campinas: Editora da Unicamp.
- Moreira, J. V. (2016). *Urbanidade nos espaços públicos do Complexo Feliz Lusitânia: o caso das áreas livres da Casa das Onze Janelas e Forte do Castelo* (Dissertação Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo). Universidade Federal do Pará, Belém, Brasil.
- Pádua, E. M. M. (2004) *Metodologia de pesquisa: Abordagem teórico-prática* (10^o ed.). Campinas SP: Papirus.
- Serpa, Â. (2007). Acessibilidade. In A. Serpa, *O espaço público na cidade contemporânea* (pp. 15-39). São Paulo: Contexto.
- Souza, M. L. (2008). Cidades fragmentadas, medo generalizado: das “áreas de riscos” à “ubiquidade de riscos” In M. L. Souza, *Fobópolis: o medo generalizado e a militarização da questão urbana* (pp. 51-91). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- Trindade, Jr. S. C. (1998). *A cidade dispersa: os novos espaços de assentamentos em Belém e a reestruturação metropolitana*. (Tese). Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil.
- Trindade, Jr. S. C. (2018). Um “skyline” em mutação: o velho centro e as transformações urbanas em Belém. *Novos Cadernos NAEA*, 21(1), 57-78. <http://dx.doi.org/10.5801/ncn.v21i1.5824>
- Trindade, Jr. S. C., & Amaral, M. D. B. (2006). Reabilitação Urbana na Área Central de Belém-Pará: concepções e tendências de políticas urbanas emergentes. *Revista Paranaense de Desenvolvimento*, 111, 73-103.